



Federação Nacional dos Médicos

A **reforma dos Cuidados de Saúde Primários (CSP)**, iniciada durante o mandato do XVII Governo Constitucional, mantém-se para o novo ciclo como prioridade política para o sector da Saúde.

Esta reforma assentou essencialmente na consagração dum conjunto de propostas construídas, e continuamente desenvolvidas por muitos profissionais de saúde, principalmente durante a década de 90.

A FNAM sempre participou nesse movimento através de múltiplos e sucessivos contributos.

O êxito inicial desta reforma, traduzido na constituição de Unidades de Saúde Familiar (USF), deveu-se a uma aposta decidida na energia criativa e no empreendedorismo público dos profissionais do sector.

A isto foram acrescentados o suporte político indispensável e a transparência no processo da sua condução.

E o resultado está à vista:

- 203 USF já em funcionamento e 84 potenciais; 4 096 profissionais envolvidos e uma cobertura assistencial potencial de mais de 2 milhões e meio de cidadãos.

Este enorme processo de mudança encontra-se já traduzido em ganhos bem documentados:

- de acesso (a intersubstituição e a consulta no próprio dia)
- de acolhimento (instalações e equipamentos mais adequados)
- de qualidade assistencial (incremento de actos preventivos)
- de satisfação de utilizadores e de prestadores

Esta primeira fase da Reforma - a constituição de USF - constitui-se, por tudo isso, na mais importante e bem sucedida transformação operada na Administração Pública portuguesa. Demonstra, inequivocamente, que os serviços públicos de saúde encerram competências e vontades capazes de catapultarem o SNS para patamares que nos distinguem e projectam no quadro das nações mais desenvolvidas.

O momento presente

Se o percurso que levou à constituição das USF se processou globalmente de forma tranquila e assente em critérios e metodologias de rigor e transparência, já em relação aos organismos de gestão intermédia que as deverão enquadrar o quadro começa a tornar-se algo preocupante, nomeadamente através da "construção" dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

Enquadrados por um documento normativo (DL nº28/2008) no essencial adequado, a verdade é que esse processo denota já, nos mais pequenos detalhes, a sua captura pela cultura tradicional da administração da saúde.

Tal situação resulta em boa medida numa Unidade de Missão que, embora criada para o efeito, objectivamente enjeitou esta componente da reforma demitindo-se em toda a linha das suas obrigações. Mas também numa Administração Central dos Serviços de Saúde (ACSS) desfasada da realidade e escandalosamente incapaz para produzir um sistema de informação capaz.



Federação Nacional dos Médicos

A FNAM não alimenta qualquer dúvida ou hesitação acerca da importância que a Reforma dos CSP assume para o desenvolvimento e sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para que essa mesma reforma se consolide é fundamental que a legislação aprovada seja mesmo para cumprir, nos termos e nos propósitos estratégicos para os quais foi desenhada.

A recente criação de mais Unidades Locais de Saúde (ULS), indisfarçavelmente promovidas por uma visão ultrapassada dum sistema saúde assente no universo e cultura hospitalares, vem reforçar as maiores reservas quanto à capacidade e vontade que alguns sectores da administração sempre têm demonstrado relativamente à Reforma do sector.

O que deverá acontecer?

Apostar decididamente numa Reforma orientada para os cuidados de proximidade, base de qualquer sistema que se queira moderno e eficiente, feita com os profissionais de saúde, centrada no cidadão e orientada para resultados e patamares crescentes de saúde e satisfação de prestadores e utilizadores.

Os dias que correm são críticos para um novo impulso na Reforma!

Se não forem garantidas as condições necessárias que assegurem uma **coordenação interna** esclarecida e eficaz, o **apoio externo** que lhe garanta uma base social de apoio para lá das estruturas formais da saúde e um **sistema de aprendizagem** capaz de promover em simultâneo a regulação da própria reforma e o seu contínuo aprimoramento, ela soçobrará perante a incapacidade documentada da administração tradicional.

No início de um novo ciclo político, onde o programa de Governo enuncia, uma vez mais, a Reforma dos CSP como prioridade estratégica para o sector, a nova equipa ministerial tem que saber mostrar-se à altura do seu compromisso e da importantíssima responsabilidade que lhe está atribuída. Esta equipa ministerial tem, talvez mais do que qualquer outra, a grande oportunidade de fazer história. Seria imperdoável optar pelo risco de não fazer.

A FNAM, para além de lutar por estas medidas, manifesta-se completamente disponível para dar o seu contributo, ajudando a que a Reforma entre na sua segunda fase e que esta seja completada.

Para tal é necessário, uma vez mais, envolver e motivar a generalidade dos médicos de família e de saúde pública, bem como os restantes profissionais de saúde, sem lugar a cedências ou recuos perante resistências instaladas, ausência de liderança ou incapacidade política que se venham a manifestar.

6 de Novembro de 2009

FNAM – Federação Nacional dos Médicos

Comissão Executiva

Comissão Nacional de Medicina Geral e Familiar

Comissão Nacional de Saúde Pública